

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	288.315
Preferenciais	7.648
Total	295.963
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	16.495.000	15.297.000
1.01	Ativo Circulante	4.441.000	3.695.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.240.000	820.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.000	7.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	19.000	7.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	19.000	7.000
1.01.03	Contas a Receber	2.126.000	2.081.000
1.01.03.01	Clientes	2.126.000	2.081.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	2.126.000	2.081.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	437.000	414.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	437.000	414.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	24.000	1.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	413.000	413.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	619.000	373.000
1.01.08.03	Outros	619.000	373.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	7.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	144.000	0
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	475.000	366.000
1.02	Ativo Não Circulante	12.054.000	11.602.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.304.000	3.087.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	33.000	31.000
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	33.000	31.000
1.02.01.04	Contas a Receber	82.000	116.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	82.000	116.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	345.000	347.000
1.02.01.07.01	Tributos sobre o Lucro Diferidos	345.000	347.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.844.000	2.593.000
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	18.000
1.02.01.10.04	Tributos sobre o lucro a recuperar	101.000	95.000
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Recuperar	1.165.000	1.247.000
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	227.000	231.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	190.000	165.000
1.02.01.10.10	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	1.160.000	837.000
1.02.01.10.11	Outros Ativos Não Circulantes	1.000	0
1.02.03	Imobilizado	18.000	19.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.000	19.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	18.000	19.000
1.02.04	Intangível	8.732.000	8.496.000
1.02.04.01	Intangíveis	8.732.000	8.496.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.732.000	8.496.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	16.495.000	15.297.000
2.01	Passivo Circulante	3.421.000	3.445.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.000	131.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	77.000	131.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	77.000	131.000
2.01.02	Fornecedores	871.000	867.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.126.000	1.132.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.253.000	1.242.000
2.01.05.02	Outros	1.253.000	1.242.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	228.000	174.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	7.000	6.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	65.000	41.000
2.01.05.02.06	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	0	59.000
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	146.000	178.000
2.01.05.02.08	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	305.000	305.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	502.000	479.000
2.01.06	Provisões	94.000	73.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.924.000	9.268.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.241.000	7.472.000
2.02.02	Outras Obrigações	1.496.000	1.602.000
2.02.02.02	Outros	1.496.000	1.602.000
2.02.02.02.03	Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	90.000	85.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	15.000	17.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	133.000	98.000
2.02.02.02.06	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	32.000	10.000
2.02.02.02.07	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	1.072.000	1.168.000
2.02.02.02.09	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	6.000	15.000
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	94.000	161.000
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	54.000	48.000
2.02.04	Provisões	187.000	194.000
2.03	Patrimônio Líquido	4.150.000	2.584.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.663.000	1.163.000
2.03.02	Reservas de Capital	446.000	446.000
2.03.04	Reservas de Lucros	982.000	982.000
2.03.04.01	Reserva Legal	68.000	68.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	594.000	594.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	318.000	318.000
2.03.04.10	Outras Reservas	2.000	2.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.000	-7.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.247.000	4.689.000	2.054.000	4.081.000
3.01.01	Receita Bruta	3.245.000	6.697.000	2.927.000	5.832.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-998.000	-2.008.000	-873.000	-1.751.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.758.000	-3.657.000	-1.626.000	-3.127.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-1.122.000	-2.324.000	-1.131.000	-2.155.000
3.02.02	Custos de Construção	-379.000	-814.000	-245.000	-473.000
3.02.03	Custos de Operação	-257.000	-519.000	-250.000	-499.000
3.03	Resultado Bruto	489.000	1.032.000	428.000	954.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-190.000	-361.000	-172.000	-326.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.000	-26.000	-12.000	-24.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-107.000	-213.000	-94.000	-186.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-69.000	-122.000	-66.000	-116.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-69.000	-122.000	-66.000	-116.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	299.000	671.000	256.000	628.000
3.06	Resultado Financeiro	-274.000	-550.000	-261.000	-531.000
3.06.01	Receitas Financeiras	78.000	117.000	48.000	98.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	78.000	117.000	48.000	98.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-352.000	-667.000	-309.000	-629.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-319.000	-609.000	-292.000	-571.000
3.06.02.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	-33.000	-58.000	-17.000	-58.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.000	121.000	-5.000	97.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.000	2.000	410.000	386.000
3.08.01	Corrente	3.000	0	19.000	19.000
3.08.02	Diferido	9.000	2.000	391.000	367.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.000	123.000	405.000	483.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.000	123.000	405.000	483.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13	0,59	5,49	6,54
3.99.01.02	PNA	0,52	1,73	5,49	6,54
3.99.01.03	PNB	0,14	0,65	6,04	7,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	37.000	123.000	405.000	483.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.000	8.000	4.000	14.000
4.02.01	Obrigações com Benefícios à Empregados - Não Reclassificado para o Resultado	0	0	-5.000	-9.000
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa - Não Reclassificado para o Resultado	0	0	-1.000	0
4.02.03	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Não Reclassificado para o Resultado	0	0	2.000	3.000
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa - Reclassificado para o Resultado	5.000	12.000	12.000	30.000
4.02.05	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Reclassificado para o Resultado	-1.000	-4.000	-4.000	-10.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.000	131.000	409.000	497.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-16.000	471.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	918.000	668.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	123.000	483.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	243.000	229.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	10.000	8.000
6.01.01.04	Tributos sobre o Lucro	-2.000	-386.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	550.000	531.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-6.000	-197.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-934.000	-197.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	27.000	36.000
6.01.02.02	Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	-3.000	31.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	-63.000	-26.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	-250.000	288.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recuperar (Recolher) e Encargos Setoriais, Líquidos	-66.000	-8.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	-12.000	-17.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-132.000	-90.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-416.000	-373.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Pagos, Líquidos	-74.000	-89.000
6.01.02.10	Renda de aplicações financeiras	60.000	53.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-2.000	-1.000
6.01.02.12	Tributos sobre o Lucro Pagos	-3.000	-1.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-843.000	-489.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-832.000	-482.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-48.000	-198.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	37.000	191.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.279.000	-343.000
6.03.01	Aumento de Capital	1.500.000	0
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	900.000	731.000
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-18.000	-16.000
6.03.04	Amortização de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-1.115.000	-1.133.000
6.03.06	Obrigações Especiais	25.000	9.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-5.000	-3.000
6.03.08	Instrumentos Derivativos Pagos, Líquidos	-8.000	170.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	0	-101.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	420.000	-361.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	820.000	953.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.240.000	592.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.163.000	446.000	982.000	0	-7.000	2.584.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.163.000	446.000	982.000	0	-7.000	2.584.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.500.000	0	0	-65.000	0	1.435.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.500.000	0	0	0	0	1.500.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.000	0	-65.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.000	8.000	131.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.000	0	123.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.000	8.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	8.000	8.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.663.000	446.000	982.000	58.000	1.000	4.150.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	663.000	446.000	517.000	0	-3.000	1.623.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	663.000	446.000	517.000	0	-3.000	1.623.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	483.000	14.000	497.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	483.000	0	483.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.000	14.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	-6.000	-6.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	20.000	20.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	663.000	446.000	517.000	483.000	11.000	2.120.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	6.617.000	5.761.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.697.000	5.832.000
7.01.02	Outras Receitas	42.000	45.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-122.000	-116.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.616.000	-3.068.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.566.000	-2.367.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.029.000	-683.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-21.000	-18.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.001.000	2.693.000
7.04	Retenções	-243.000	-229.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-243.000	-229.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.758.000	2.464.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	431.000	496.000
7.06.02	Receitas Financeiras	431.000	496.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.189.000	2.960.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.189.000	2.960.000
7.08.01	Pessoal	264.000	247.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	165.000	146.000
7.08.01.02	Benefícios	89.000	91.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.000	10.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.821.000	1.204.000
7.08.02.01	Federais	833.000	263.000
7.08.02.02	Estaduais	980.000	933.000
7.08.02.03	Municipais	8.000	8.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	981.000	1.026.000
7.08.03.01	Juros	981.000	1.026.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	123.000	483.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	65.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.000	483.000

Comentário do Desempenho



Recife, 21 de julho de 2026 – Neoenergia Pernambuco anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2026 (2T26 e 6M26).

DESTAQUES (R\$ MM) 2T26	2T26	2T25	Δ %	6M26	6M25	Δ %
Margem Bruta	690	623	11%	1.444	1.348	7%
EBITDA	414	368	13%	909	851	7%
EBITDA Caixa	411	286	44%	903	654	38%
Resultado Financeiro	(274)	(261)	5%	(550)	(531)	4%
Lucro Líquido	37	405	(91%)	123	483	(75%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.033	5.037	(0,1%)	10.376	10.145	2,3%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativo + livre + GD)	4.151	4.132	0,5%	8.394	8.226	2,0%
Número de Clientes (mil)	4.235	4.156	1,9%			
DEC anualizado (horas)	10,30	10,30	-			
FEC anualizado (interrupções)	4,26	4,39	(0,03)			
Perdas de Distribuição (%)	18,36%	18,11%	0,25 p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2T26	2025	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,91	4,36	(0,45)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 5.033 GWh no 2T26, em linha com o 2T25, e de 10.376 GWh no 6M26 (+2,3% vs. 6M25).
- EBITDA de R\$ 414 milhões no trimestre (+13% vs. 2T25) e de R\$ 909 milhões no acumulado (+7% vs. 6M25). EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 411 milhões no 2T26 (+44% vs. 2T25) e de R\$ 903 milhões no 6M26 (+38% vs. 6M25).
- R\$ 746 milhões de Capex no 6M26, maior parte dedicada à expansão da rede.
- DEC de 10,30h (abaixo do regulatório de 11,37h) e FEC de 4,26x (abaixo do regulatório de 6,70x).

Comentário do Desempenho

Resultado de 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

A Neoenergia Pernambuco possui 100% do seu capital detido pela Neoenergia S.A., conforme estrutura societária abaixo:



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.194	1.924	270	14%	4.586	3.790	796	21%
Custos Com Energia	(1.507)	(1.383)	(124)	9%	(3.148)	(2.639)	(509)	19%
Margem Bruta s/ VNR	687	541	146	27%	1.438	1.151	287	25%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	3	82	(79)	(96%)	6	197	(191)	(97%)
Margem Bruta	690	623	67	11%	1.444	1.348	96	7%
Despesa Operacional	(207)	(189)	(18)	10%	(413)	(381)	(32)	8%
PECLD	(69)	(66)	(3)	5%	(122)	(116)	(6)	5%
EBITDA	414	368	46	13%	909	851	58	7%
Depreciação	(115)	(112)	(3)	3%	(238)	(223)	(15)	7%
Resultado Financeiro	(274)	(261)	(13)	5%	(550)	(531)	(19)	4%
IR CS	12	410	(398)	(97%)	2	386	(384)	(99%)
LUCRO LÍQUIDO	37	405	(368)	(91%)	123	483	(360)	(75%)
EBITDA Caixa	411	286	125	44%	903	654	249	38%

A Neoenergia Pernambuco apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 687 milhões no 2T26 (+27% vs. 2T25), explicado pelo maior volume e maior base de clientes, parcialmente compensado pelo impacto negativo da variação da parcela B de -2,17% do reajuste de abril/26. No 6M26, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 1.438 milhões (+25% vs. 6M25), também em virtude dos maiores volumes, além do impacto positivo da variação da parcela B de +16,2% no reajuste de abril/25.

A margem bruta foi de R\$ 690 milhões no 2T26 (+11% vs. 2T25) e de R\$ 1.444 milhões no 6M26 (+7% vs. 6M25), impactada pelo menor VNR, em função da renovação da concessão ocorrida em setembro de 2025. Vale destacar o efeito positivo no 2T25 em razão de *one-off* de BRR no valor de R\$ 30 milhões.

Comentário do Desempenho

Resultado de 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



As despesas operacionais contabilizaram R\$ 207 milhões no 2T26 (+10% vs. 2T25) e R\$ 413 milhões no 6M26 (+8% vs. 6M25), reflexo do maior saldo de provisões judiciais.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 69 milhões (+5% vs. 2T25) e, no acumulado, totalizou R\$ 122 milhões (+5% vs. 6M25).

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 414 milhões no trimestre (+13% vs. 2T25) e de R\$ 909 milhões no acumulado (+7% vs. 6M25). O EBITDA Caixa (ex- VNR) no 2T26 foi de R\$ 411 milhões (+44% vs. 2T25) e no 6M26 foi de R\$ 903 milhões (+38% vs. 6M25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 274 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 261 milhões no 2T25) e de -R\$ 550 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 531 milhões no 6M25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior IPCA, além do one-off positivo de R\$ 8 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de R\$ 12 milhões (vs. R\$ 410 milhões no 2T25) e no acumulado foi de R\$ 2 milhões, (vs. R\$ 386 milhões no 6M25). Vale destacar que no 2T25 houve o impacto positivo do indêbito tributário gerando crédito no valor de R\$ 394 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos em função da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O Lucro Líquido foi de R\$ 37 milhões no 2T26 (-91% vs. 2T25) e de R\$ 123 milhões no 6M26 (-75% vs. 6M25).

2.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	37	405	(368)	(91%)	123	483	(360)	(75%)
Despesas financeiras (B)	(319)	(292)	(27)	9%	(609)	(571)	(38)	7%
Receitas financeiras (C)	78	48	30	63%	117	98	19	19%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(33)	(17)	(16)	94%	(58)	(58)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	12	410	(398)	(97%)	2	386	(384)	(99%)
Depreciação e Amortização (F)	(115)	(112)	(3)	3%	(238)	(223)	(15)	7%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	414	368	46	13%	909	851	58	7%

Comentário do Desempenho

Resultado de 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026

**2.2. Resultado Financeiro**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	37	29	8	28%	60	53	7	13%
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(310)	(263)	(47)	18%	(582)	(530)	(52)	10%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(1)	(27)	26	(96%)	(28)	(54)	26	(48%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	21	19	2	11%	38	44	(6)	(14%)
Variações monetárias e cambiais - outros	-	6	(6)	(100%)	(4)	2	(6)	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(15)	(6)	(9)	150%	(29)	(13)	(16)	123%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	21	(15)	36	N/A	20	(25)	45	N/A
Obrigações pós emprego	-	(1)	1	(100%)	-	(1)	1	(100%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(28)	(30)	2	(7%)	(53)	(61)	8	(13%)
Total	(274)	(261)	(13)	5%	(550)	(531)	(19)	4%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 274 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 261 milhões no 2T25) e de R\$ 550 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 531 milhões no 6M25), explicado pelo aumento nos encargos da dívida, dado o maior IPCA no período (30% do endividamento da companhia está atrelado a este indicador).

Vale destacar que no 2T25, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 7,8 milhões referentes à atualização monetária sobre os indêbitos.

3. INVESTIMENTOS

No 6M26, a Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 746 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos, conforme tabela abaixo.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Pernambuco		
	6M26	6M25	Δ %
Expansão de Rede	299	268	11%
Novas Ligações	219	216	2%
Novas SE's e RD's	79	53	51%
Renovação de Ativos	232	83	181%
Melhoria da Rede	47	29	64%
Perdas e Inadimplência	52	52	1%
Outros	120	53	126%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	66	2	N/A
(=) Investimento Bruto	815	487	67%
SUBVENÇÕES	(4)	(6)	(31%)
(=) Investimento Líquido	811	481	69%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(66)	(2)	N/A
(=) CAPEX	746	479	56%
Base de Anuidade Regulatória	120	53	126%
Base de Remuneração Regulatória	630	432	46%

Comentário do Desempenho

Resultado de 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026

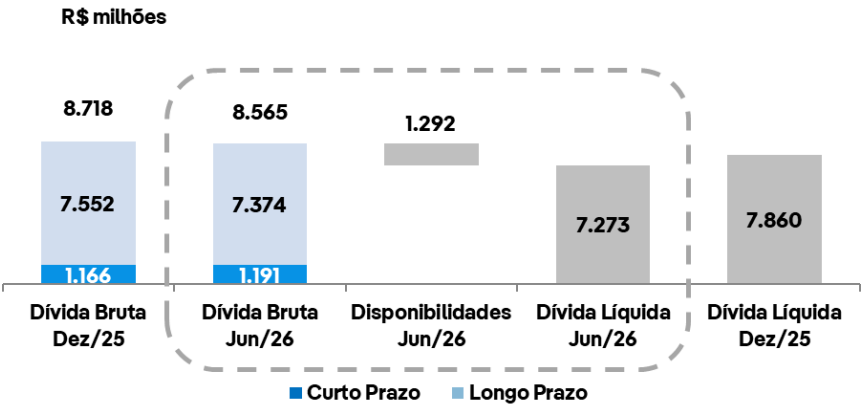


Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

4. ESTRUTURA DE CAPITAL

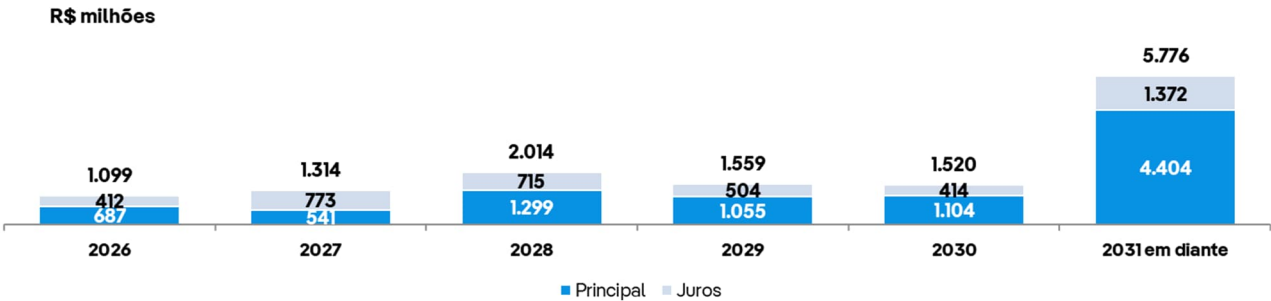
4.1. Perfil da Dívida

Em junho de 2026, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.273 milhões (dívida bruta de R\$ 8.565 milhões), apresentando uma redução de 7% (-R\$ 587 milhões) em relação a dezembro de 2025. Quanto à segregação do saldo devedor, a Neoenergia Pernambuco possui 86% da dívida contabilizada no longo prazo e 14% no curto prazo.



4.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 30 de junho de 2026.



Comentário do Desempenho

Resultado de 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



5. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados do 2T26 e 6M26 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	2T26	2T25	6M26	6M25	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	2.247	2.054	4.689	4.081	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(3)	(82)	(6)	(197)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(50)	(48)	(97)	(94)	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	2.194	1.924	4.586	3.790	
(+) Custos com energia elétrica	(1.122)	(1.131)	(2.324)	(2.155)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(6)	(7)	(10)	(11)	Nota 6
(+) Custos de construção	(379)	(245)	(814)	(473)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.507)	(1.383)	(3.148)	(2.639)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	3	82	6	197	Nota 3
= MARGEM BRUTA	690	623	1.444	1.348	
(+) Custos de operação	(257)	(250)	(519)	(499)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(14)	(12)	(26)	(24)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(107)	(94)	(213)	(186)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	6	7	10	11	Nota 6
(-) Depreciação e Amortização	115	112	238	223	Nota 6
(+) Outras receitas **	50	48	97	94	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(207)	(189)	(413)	(381)	
(+) PCE	(69)	(66)	(122)	(116)	Demonstrações de resultado
EBITDA	414	368	909	851	
(+) Depreciação e Amortização	(115)	(112)	(238)	(223)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(274)	(261)	(550)	(531)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	12	410	2	386	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	37	405	123	483	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Pernambuco S.A. ("Neoenergia Pernambuco" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Pernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Pernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Pernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Três meses findos em		Seis meses findos em	
		30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receita operacional, líquida	3	2.247	2.054	4.689	4.081
Custos		(1.758)	(1.626)	(3.657)	(3.127)
Custos com energia elétrica	4	(1.122)	(1.131)	(2.324)	(2.155)
Custos de construção	5	(379)	(245)	(814)	(473)
Custos de operação	6	(257)	(250)	(519)	(499)
Lucro bruto		489	428	1.032	954
Perdas de créditos esperadas	10.2	(69)	(66)	(122)	(116)
Despesas com vendas	6	(14)	(12)	(26)	(24)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(107)	(94)	(213)	(186)
Lucro operacional		299	256	671	628
Resultado financeiro	7	(274)	(261)	(550)	(531)
Receitas financeiras		78	48	117	98
Despesas financeiras		(319)	(292)	(609)	(571)
Outros resultados financeiros, líquidos		(33)	(17)	(58)	(58)
Lucro antes dos tributos		25	(5)	121	97
Tributos sobre o lucro	8.1.1	12	410	2	386
Corrente		3	19	-	19
Diferido		9	391	2	367
Lucro líquido do período		37	405	123	483
Lucro básico e diluído por ação					
– R\$	18.2 (a)				
Ordinária		0,13	5,49	0,59	6,54
Preferencial A		0,52	5,49	1,73	6,54
Preferencial B		0,14	6,04	0,65	7,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro líquido do período	37	405	123	483
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	-	(5)	-	(9)
Hedge de fluxo de caixa	-	(1)	-	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	2	-	3
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	(4)	-	(6)
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	5	12	12	30
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1)	(4)	(4)	(10)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	4	8	8	20
Outros resultados abrangentes do período, líquido dos tributos	4	4	8	14
Resultado abrangente do período	41	409	131	497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	123	483
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	243	229
Baixa de ativos não circulantes	10	8
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	(2)	(386)
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	550	531
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(6)	(197)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	27	36
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(3)	31
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(63)	(26)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(250)	288
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(66)	(8)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(12)	(17)
Outros ativos e passivos, líquidos	(132)	(90)
Caixa gerado nas operações	419	882
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(416)	(373)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(74)	(89)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	60	53
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	(3)	(1)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(16)	471
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(832)	(482)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(48)	(198)
Resgate de títulos e valores mobiliários	37	191
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(843)	(489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	900	731
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(18)	(16)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.115)	(1.133)
Obrigações especiais	25	9
Pagamento de principal - Arrendamentos	(5)	(3)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3 (b))	(8)	170
Remuneração paga aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	(101)
Aumento de capital	1.500	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	1.279	(343)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	420	(361)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	820	953
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.240	592
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	9	6
Arrendamentos capitalizados	4	6

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.240	820
Contas a receber de clientes e outros	10	2.126	2.081
Títulos e valores mobiliários		19	7
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	7
Tributos sobre o lucro a recuperar		24	1
Outros tributos a recuperar		413	413
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	144	-
Outros ativos circulantes		475	366
Total do circulante		4.441	3.695
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	82	116
Títulos e valores mobiliários		33	31
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	18
Tributos sobre o lucro a recuperar		101	95
Outros tributos a recuperar		1.165	1.247
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	345	347
Depósitos judiciais	16.1 (c)	227	231
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	190	165
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	1.160	837
Outros ativos não circulantes		1	-
Direito de uso		18	19
Intangível	13	8.732	8.496
Total do não circulante		12.054	11.602
Total do ativo		16.495	15.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	871	867
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.126	1.132
Passivo de arrendamento		7	6
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	65	41
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	77	131
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	59
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		146	178
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2	305	305
Dividendos e juros sobre capital próprio	18.2 (b)	228	174
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	94	73
Outros passivos circulantes		502	479
Total do circulante		3.421	3.445
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	90	85
Empréstimos e financiamentos	15.2	7.241	7.472
Passivo de arrendamento		15	17
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	133	98
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		32	10
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2	1.072	1.168
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	187	194
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	6	15
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	94	161
Outros passivos não circulantes		54	48
Total do não circulante		8.924	9.268
Patrimônio líquido		4.150	2.584
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.495	15.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Outras Reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.163	446	(7)	68	318	594	2	-	2.584
Aumento de capital	1.500	-	-	-	-	-	-	-	1.500
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	123	123
Outros resultados abrangentes	-	-	8	-	-	-	-	-	8
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(65)	(65)
Saldos em 30 de junho de 2026	2.663	446	1	68	318	594	2	58	4.150

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Outras Reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	663	446	(3)	68	356	93	-	-	1.623
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	483	483
Outros resultados abrangentes	-	-	14	-	-	-	-	-	14
Saldos em 30 de junho de 2025	663	446	11	68	356	93	-	483	2.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.697	5.832
Outras receitas (*)	42	45
Perdas de créditos esperadas	(122)	(116)
Subtotal	6.617	5.761
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(2.566)	(2.367)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(1.029)	(683)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(21)	(18)
Subtotal	(3.616)	(3.068)
Valor adicionado bruto	3.001	2.693
Depreciação e amortização (*)	(243)	(229)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.758	2.464
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	431	496
Valor adicionado total a distribuir	3.189	2.960
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	165	146
Benefícios	89	91
FGTS	10	10
Subtotal	264	247
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	833	263
Estaduais	980	933
Municipais	8	8
Subtotal	1.821	1.204
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	981	1.026
Subtotal	981	1.026
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	65	-
Lucros retidos	58	483
Subtotal	123	483
Valor adicionado distribuído	3.189	2.960

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria “B”, não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26/2000 – ANEEL, com vencimento em 2030.

Em 17 de setembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou a antecipação da renovação da concessão, assegurando o direito de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, com vigência entre 30 de março de 2030 e 30 de março de 2060. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2060.

A Neoenergia Pernambuco reafirma seu compromisso com a entrega de um serviço eficiente, sustentável e alinhado às melhores práticas do setor elétrico, garantindo qualidade contínua para consumidores cativos e livres, com atuação desde 2000.

1.1 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

No decorrer dos seis meses findos em 30 de junho de 2026, não houve alterações na estrutura do contrato de concessão dos serviços públicos que a Companhia opera.

As informações completas sobre os contratos de concessão da Companhia estão divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto a presente demonstração financeira intermediária para o período findo em 30 de junho de 2026 deve ser lida em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

1.2 Gestão de riscos

Até 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes com relação às diretrizes e limites de Gestão de Riscos do Grupo, compostas pelas diretrizes de gestão dos riscos corporativos e pelas diretrizes de gestão dos riscos específicos de cada negócio, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia, em 21 de julho de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros.	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2027:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras.	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios.	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial a IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos de clientes. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	01/01/2029, aplicação retrospectiva
IAS 28 (CPC 19) Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.	As emendas visam esclarecer quais investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos podem ser mensurados ao valor justo, utilizando a opção prevista na IAS 28 (CPC 19). Tais alterações possuem escopo deliberadamente restrito, visando endereçar questões específicas levantadas pelos participantes do mercado, sem alterar práticas consolidadas nem gerar impactos indesejados em outras disposições das normas emitidas pelo IASB.	01/01/2027, aplicação retrospectiva.

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18 (CPC 51), encontrando-se atualmente em processo de avaliação dos potenciais efeitos desse normativo sobre suas demonstrações financeiras.

No que se refere à IFRS 20, a Companhia aguardará a correspondente emissão do pronunciamento técnico no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como sua adoção pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não obstante, estudos preliminares da Administração indicam que tal normativo não deverá gerar impactos significativos, uma vez que os principais contratos regulados potencialmente abrangidos já são tratados, para fins de reconhecimento e mensuração, em conformidade com a Orientação Técnica nº 8 (OCPC 8), que prevê o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios para concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em relação aos demais pronunciamentos emitidos ou em discussão no âmbito do IASB, com vigência em exercícios futuros, a Companhia acompanha sua evolução e, até o momento, não identificou potenciais impactos relevantes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.127	1.115	2.312	2.254
Disponibilidade da rede elétrica (1)	1.515	1.477	3.080	2.958
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	379	245	814	473
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(13)	-	(9)	27
Valor de reposição estimado da concessão (2)	3	82	6	197
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	186	(38)	400	(159)
Outras receitas (nota 3.3)	48	46	94	82
Receita operacional bruta	3.245	2.927	6.697	5.832
Tributos	(736)	(666)	(1.454)	(1.338)
Encargos setoriais	(262)	(207)	(554)	(413)
Receita operacional, líquida	2.247	2.054	4.689	4.081

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 1.291 nos três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 2.657 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.276 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 2.551 para seis meses findos em 30 de junho de 2025) e livres R\$ 224 para três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 423 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 201 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 407 para seis meses findos em 30 de junho de 2025); e

(2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). A redução da atualização do ativo financeiro no período é decorrente da renovação da concessão da Companhia, que ocorreu em setembro de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – RTA 2026

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 28 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário da Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2026, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.583/2026. O Reajuste Tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 4,25%, sendo que para os consumidores da alta tensão, um efeito médio de 7,19%, enquanto para os da baixa tensão, 3,41%.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Três meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	1.464	1.502	1.278	1.336
Comercial	312	347	365	370
Industrial	37	43	80	82
Rural	94	115	79	89
Poder público	155	159	136	139
Iluminação pública	110	110	67	65
Serviços públicos	72	75	48	50
Consumo próprio	4	5	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(37)	(45)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(1.249)	(1.227)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	360	256
Total	2.248	2.356	1.127	1.115

(*) Não revisado.

	Seis meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	3.027	3.052	2.597	2.662
Comercial	622	708	713	747
Industrial	75	90	157	168
Rural	215	230	172	178
Poder público	299	305	261	267
Iluminação pública	217	228	129	130
Serviços públicos	145	154	94	104
Consumo próprio	8	9	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	18	(3)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(2.569)	(2.489)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	740	490
Total	4.608	4.776	2.312	2.254

(*) Não revisado.

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.583/2026; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 368 (R\$ 227 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 345 (R\$ 238 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 20 (R\$ 17 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 7 (R\$ 8 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
CVA e neutralidade				
Energia (1)	(20)	112	68	81
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	8	(55)	16	(66)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(4)	2	70	(2)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	4	(11)	47	(42)
Neutralidade (5)	16	(5)	(35)	20
PROINFA (6)	(1)	1	(11)	11
	3	44	155	2
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (7)	40	(58)	45	(194)
Risco hidrológico	1	2	2	7
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (8)	3	(18)	(3)	(25)
Diferimento de reajuste	-	(3)	-	(10)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (9)	89	45	122	120
Modicidade Eletrobras (10)	(7)	(6)	(6)	7
Recomposição energia Termope	(1)	(6)	(4)	(20)
Uso do Bem Público (nota 11)	68	-	68	-
Arrecadação de encargo CDE	2	1	3	-
Neutralidade PIS/COFINS	-	1	6	(6)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	-	(48)	-	(48)
Financeiro CDE GD (11)	(12)	-	7	-
Outros	-	8	5	8
	183	(82)	245	(161)
Total	186	(38)	400	(159)

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a junho de 2026, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito a receber na tarifa;
- (4) CVA Ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função: da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão; e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (5) CVA passiva, referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4A do PRORET, com destaque para a extensão da neutralidade para toda a Parcela A, em função do aditivo contratual de renovação da concessão, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no processo tarifário de 2026;
- (6) CVA passiva, em função da REH nº 3.558/2025, que estabelece, para o ano de 2026, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver;
- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (8) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1A do PRORET;
- (9) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no processo tarifário de 2026 R\$ (446) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até junho de 2026, o valor ativo de R\$ 122;
- (10) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024, nº 1.536/2025 e 1.894/2026, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2026, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ (6), em 30 de junho de 2026; e
- (11) Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

3.3 Outras receitas

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Arrendamentos e aluguéis	43	35	83	67
Comissão serviços de terceiros	-	6	-	11
Renda da prestação de serviços	3	3	7	9
Serviço taxado	2	2	3	3
Administração de faturas de fraudes	2	2	4	4
(-) Compensações regulatórias (1)	(2)	(2)	(3)	(12)
Total	48	46	94	82

- (1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Três meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR	2.827	2.712	(701)	(652)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(131)	(135)
Energia curto prazo - PLD e MRE	2	-	(1)	1
Contratos por cotas de garantia física	363	453	(81)	(89)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	55	114	(20)	(36)
Energia MMGD	(67)	194	31	(50)
Outros	52	55	(22)	(28)
Subtotal	3.232	3.528	(925)	(989)
Créditos de PIS e COFINS			84	80
Total	3.232	3.528	(841)	(909)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(221)	(178)
Encargos de conexão			(12)	(13)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			-	29
Encargo de Energia de Reserva - EER			(63)	(80)
Outros encargos			(14)	(3)
Subtotal			(310)	(245)
Créditos de PIS e COFINS			29	23
Total			(281)	(222)
Total dos custos com energia elétrica			(1.122)	(1.131)

(*) Não revisado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	GWh (*)		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	R\$ 30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	5.695	5.559	(1.405)	(1.293)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(294)	(184)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	77	-	(35)	(19)
Contratos por cotas de garantia física (4)	736	943	(162)	(178)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	113	227	(41)	(71)
Energia MMGD (5)	(39)	194	44	(50)
Outros	101	106	(44)	(56)
Subtotal	6.683	7.029	(1.937)	(1.851)
Créditos de PIS e COFINS			175	152
Total	6.683	7.029	(1.762)	(1.699)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(441)	(355)
Encargos de conexão			(24)	(28)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (6)			(2)	28
Encargo de Energia de Reserva - EER (7)			(126)	(143)
Outros encargos			(26)	(6)
Subtotal			(619)	(504)
Créditos de PIS e COFINS			57	48
Total			(562)	(456)
Total dos custos com energia elétrica			(2.324)	(2.155)

(*) Não revisado.

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 33º leilão de energia existente e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril de 2026;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2026 (235,07 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2025 (106,65 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) Variação é decorrente da compra de energia no mercado de curto prazo e de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve variação no Fator de Cotas de 2026 (REH nº 3.872, de 2025) em relação a 2025;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (5) Corresponde à variação da energia injetada de MMGD e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica. A partir do processo tarifário de 2025, esse montante está apresentado líquido da energia repassada pela ANEEL para fins de modicidade tarifária, como dedução do requisito no cálculo da cobertura tarifária, conforme Despacho ANEEL nº 684/2025;
- (6) Variação do custo com ESS Brasil devido a variação da premissa Brasil; e
- (7) Variação no custo de Encargo de Energia de Reserva (Brasil) em função da variação da receita fixa das geradoras em 2026, comparado com 2025.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Pessoal	(35)	(29)	(64)	(58)
Material	(87)	(110)	(353)	(224)
Serviços de terceiros	(137)	(96)	(276)	(180)
Juros sobre obras em andamento	(4)	(3)	(8)	(6)
Outros	(128)	(11)	(138)	(13)
Obrigações especiais	12	4	25	8
Total	(379)	(245)	(814)	(473)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Três meses findos em			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(60)	(10)	(39)	(109)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(81)	(4)	(28)	(113)
Depreciação e amortização (1)	(98)	-	(17)	(115)
Combustível para produção de energia	(6)	-	-	(6)
Provisão para processos judiciais	-	-	(18)	(18)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(12)	-	(3)	(15)
Total	(257)	(14)	(107)	(378)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Três meses findos em 30/jun/25			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(63)	(9)	(31)	(103)
Serviços de terceiros	(72)	(3)	(30)	(105)
Depreciação e amortização (1)	(95)	-	(17)	(112)
Combustível para produção de energia	(7)	-	-	(7)
Provisão para processos judiciais	-	-	(12)	(12)
Outras receitas e despesas, líquidas	(13)	-	(4)	(17)
Total	(250)	(12)	(94)	(356)

- (1) Nos três meses findos em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 117 (R\$ 115 nos três meses findos em 30 de junho de 2025).

	Seis meses findos em 30/jun/26			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(127)	(19)	(78)	(224)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(158)	(7)	(53)	(218)
Depreciação e amortização (2)	(202)	-	(36)	(238)
Combustível para produção de energia	(10)	-	-	(10)
Provisão para processos judiciais	-	-	(32)	(32)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas	(22)	-	(8)	(30)
Total	(519)	(26)	(213)	(758)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Seis meses findos em			
	30/jun/25			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(126)	(18)	(66)	(210)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(148)	(6)	(56)	(210)
Depreciação e amortização (2)	(189)	-	(34)	(223)
Combustível para produção de energia	(11)	-	-	(11)
Provisão para processos judiciais	-	-	(20)	(20)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas	(25)	-	(5)	(30)
Total	(499)	(24)	(186)	(709)

- (2) Em 30 junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 243 (R\$ 229 em 30 junho de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Para o período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**7. RESULTADO FINANCEIRO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	37	29	60	53
(-) Tributos sobre receita financeira	(5)	(4)	(8)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	21	19	38	44
Atualização de depósitos judiciais	2	4	4	7
Atualização do ativo financeiro setorial	20	-	20	-
Outras receitas financeiras	3	-	3	1
	78	48	117	98
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(277)	(240)	(528)	(470)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	(1)	-	(1)
Atualização do passivo financeiro setorial	1	(15)	-	(25)
Atualização de provisões para processos judiciais	(17)	(10)	(33)	(20)
Outras despesas financeiras	(26)	(26)	(48)	(55)
	(319)	(292)	(609)	(571)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(37)	(82)	(66)	(144)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	71	68	190	210
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(93)	(77)	(226)	(232)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	26	68	48	106
Perdas com variações cambiais e monetárias	(36)	(36)	(72)	(73)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	36	42	68	75
	(33)	(17)	(58)	(58)
Resultado financeiro líquido	(274)	(261)	(550)	(531)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo volume da dívida e pela taxa de juros; e

(2) Redução cambial similar aos seis meses do ano passado, mas em percentual menor, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25	(5)	121	97
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(8)	2	(41)	(33)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	22	-	22	-
Incentivos fiscais	(13)	-	-	-
Atualização SELIC indêbitos tributários (1)	11	407	22	418
Outras adições (reversões) permanentes	-	1	(1)	1
Tributos sobre o lucro	12	410	2	386
Alíquota efetiva	-48%	8200%	-2%	-398%
Corrente	3	19	-	19
Diferido	9	391	2	367

- (1) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relacionados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no segundo trimestre de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	30/jun/26	31/dez/25
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	716	696
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	20	24
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	2	5
Provisão para processos judiciais	92	88
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	122	120
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	20	20
Arrendamentos capitalizados	2	2
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	20	19
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	8	15
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(609)	(607)
Capitalização de juros de dívida	(70)	(69)
Valor justo de instrumentos financeiros	(1)	9
Outros	23	25
Total ativo não circulante	345	347

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2025	347	-
Efeitos reconhecidos no resultado	15	(13)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(4)	-
Transferências entre ativos e passivos	(13)	13
Saldo em 30 de junho de 2026	345	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(42)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	367
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(7)
Transferências entre ativos e passivos	318	(318)
Saldo em 30 de junho de 2025	318	-

8.1.3 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8.2 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025, no qual também foi determinada a observância de um prazo prescricional de 10 (dez) anos para a devolução desses valores aos consumidores. O acórdão dessa decisão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No entanto, remanesceram pontos de contrariedade, imprecisões e ambiguidade no acórdão, passíveis de esclarecimento, a exemplo da forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido o que motivou iniciativa de oposição de embargos de declaração pela ABRADEE para dirimir tais dúvidas. O STF pautou o exame de tal recurso para a sessão virtual, entre os dias 03 e 13 de abril de 2026. Iniciado o julgamento, este foi interrompido por pedido de destaque, sem data prevista para a sua retomada. A Administração da Companhia aguarda o julgamento desses embargos para uma eventual alteração das estimativas contabilmente reconhecidas até o momento.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	1.473	1.634
Atualização monetária	58	62
Compensação	(154)	(133)
Saldo final do período	1.377	1.563
Circulante	305	265
Não circulante	1.072	1.298

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/jun/26	31/dez/25
Caixa e depósitos bancários à vista	12	41
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	764	510
Fundos de Investimento	464	269
Total	1.240	820

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de junho de 2026 é de 99,98% (99,88% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A carteira de aplicações financeiras, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	30/jun/26	31/dez/25
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	464	263
CDB	-	6
Total	464	269

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/jun/26			31/dez/25		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.937	(1.154)	1.783	2.835	(1.073)	1.762
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	22	-	22	22	-	22
Disponibilidade da rede elétrica	179	(6)	173	164	(6)	158
Subvenções e subsídios governamentais	136	-	136	163	-	163
Outros recebíveis	155	(61)	94	147	(55)	92
Total	3.429	(1.221)	2.208	3.331	(1.134)	2.197
Ativo circulante			2.126			2.081
Ativo não circulante			82			116

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 48 dias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Subvenções e subsídios governamentais	225	141
Valor de face antes da alienação	225	141
Fluxo de caixa recebido pela alienação	221	139
Deságio nominal praticado	1,80%	1,01%
Taxa equivalente prefixada	14,4% a.a.	16,7% a.a.

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras no montante de R\$ 198.

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

		30/jun/26		31/dez/25
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.303	(843)	1.263	(770)
Comercial	373	(150)	359	(142)
Industrial	174	(72)	161	(69)
Rural	235	(64)	217	(64)
Poder público	152	(5)	144	(7)
Iluminação pública	150	(3)	153	(5)
Serviço público	81	(1)	87	(3)
Não faturado	469	(16)	451	(13)
Total	2.937	(1.154)	2.835	(1.073)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/jun/26		31/dez/25	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	847	(43)	834	(41)
Saldos vencidos:	2.090	(1.111)	2.001	(1.032)
Entre 1 e 90 dias	357	(35)	384	(32)
Entre 91 e 180 dias	114	(41)	120	(36)
Entre 181 e 360 dias	207	(83)	179	(78)
Acima de 360 dias	1.412	(952)	1.318	(886)
Total	2.937	(1.154)	2.835	(1.073)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	(1.134)	(992)
Efeito reconhecido no resultado do período	(122)	(116)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	35	27
Saldo final do período	(1.221)	(1.081)

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	288	-	288	240	(32)	208
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	11	(28)	(17)	7	(39)	(32)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	168	-	168	105	(15)	90
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	143	-	143	90	-	90
Neutralidade (nota 3.2)	21	(55)	(34)	22	(20)	2
Outros	-	(8)	(8)	4	-	4
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	11	(1)	10	5	(38)	(33)
Risco hidrológico	-	(188)	(188)	-	(183)	(183)
Recomposição energia Termope	-	-	-	4	-	4
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(246)	(246)	2	(239)	(237)
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	-	(3)	(3)	-	(2)	(2)
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(16)	(16)	-	(10)	(10)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	-	(201)	(201)	50	(231)	(181)
Uso do Bem Público (3)	68	-	68	-	-	-
RTE COVID (4)	22	-	22	22	-	22
Financeiro CDE GD (nota 3.2)	71	-	71	57	-	57
Outros	7	(14)	(7)	5	(24)	(19)
Total	810	(760)	50	613	(833)	(220)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	541	(534)	7	38	(288)	(250)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	269	(226)	43	575	(545)	30
Total	810	(760)	50	613	(833)	(220)
Ativo circulante			144			-
Passivo circulante			-			(59)
Passivo não circulante			(94)			(161)

- (1) Em 30 de junho de 2026 a Companhia apurou um ativo de R\$ 10, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo tarifário de 2026, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2026 a março de 2027, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal; e
- (3) CVA ativa em função da antecipação no reconhecimento do Uso do Bem Público (UBP), conforme Lei nº 15.235/2025; e
- (4) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37/2024.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 34 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 30 de março de 2030 e 30 de março de 2060, prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025.

A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	165	5.924
Baixas	-	(3)
Transferência ativo contratual (1)	6	215
Transferências outros	13	-
Ajustes a valor justo (2)	6	197
Saldo final do período	190	6.333
Ativo não circulante	190	6.333

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato; e

(2) Em 2025, a Companhia exerceu o direito de prorrogação antecipada da concessão por mais 30 anos, além do período originalmente pactuado. Com a celebração do respectivo termo contratual, passou a possuir o direito de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica até o ano de 2060. Em razão dessa alteração contratual, o ativo financeiro foi reclassificado para ativo intangível, refletindo a natureza do direito de exploração dos serviços concedidos. Como consequência, observou-se redução dos impactos decorrentes da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), anteriormente reconhecida sobre o ativo financeiro.

12.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	837	635
Adições (1)	816	479
Baixas	(4)	(2)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(492)	(69)
Transferências - ativos financeiros (1)	(6)	(215)
Transferências - outros	9	-
Saldo final do período	1.160	828
Custo	1.234	873
Obrigações especiais	(74)	(45)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,44%
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.496
Baixas	(6)
Amortização	(237)
Transferências - ativo contratual (1)	492
Transferências - outros	(13)
Saldo em 30 de junho de 2026	8.732
Custo	13.808
Amortização acumulada	(4.705)
Obrigações especiais	(371)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.098
Baixas	(7)
Amortização	(222)
Transferências - ativo contratual	69
Saldo em 30 de junho de 2025	1.938
Custo	6.404
Amortização acumulada	(4.346)
Obrigações especiais	(120)

- (1) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/jun/26	31/dez/25
Energia elétrica	416	497
Encargos de uso da rede	103	101
Materiais e serviços	351	269
Energia livre (1)	91	85
Total	961	952
Circulante	871	867
Não circulante	90	85

- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

A dívida líquida é composta como segue:

	30/jun/26	31/dez/25
Empréstimos e financiamentos bancários	291	417
Agências de fomento	1.404	1.537
Mercado de capitais	6.672	6.650
Empréstimos e financiamentos (1)	8.367	8.604
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	198	114
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.240)	(820)
Títulos e valores mobiliários	(52)	(38)
Dívida líquida	7.273	7.860

- (1) Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias R\$ (2) (R\$ (2) em 31 de dezembro de 2025), nota 15.2 (a), vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/jun/26	31/dez/25
Denominados em R\$	7.742	7.744
Indexados a taxas flutuantes	6.079	6.337
Indexados a taxas fixas	1.663	1.407
Denominados em US\$	291	417
Indexados a taxas fixas	291	417
Denominados em outras moedas	429	529
Indexados a taxas fixas	429	529
	8.462	8.690
(-) Depósitos em garantia	(2)	(2)
(-) Custos de transação	(93)	(84)
	8.367	8.604
Passivo circulante	1.126	1.132
Passivo não circulante	7.241	7.472

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/jun/26	31/dez/25
Custo médio em % CDI (1)	88,8%	87,6%
Custo médio em taxa Pré (2)	13,1%	12,7%
Saldo da dívida	8.367	8.604
Instrumentos financeiros derivativos	198	114
Dívida total líquida de derivativos	8.565	8.718

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2026	671	353	75	1.099
2027	530	710	74	1.314
2028	1.299	667	48	2.014
2029	1.061	463	35	1.559
2030	1.117	381	22	1.520
Entre 2031 e 2035	3.790	1.186	(30)	4.946
Entre 2036 e 2040	676	154	-	830
Total	9.144	3.914	224	13.282

- (1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de junho de 2026 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2026, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,71 anos (4,66 anos em 31 de dezembro de 2025).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	8.604	8.828
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	900	731
Amortizações de principal	(1.115)	(1.133)
Custo de captação	(18)	(16)
Pagamento de encargos de dívida	(416)	(373)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	536	461
Variação cambial	(71)	(144)
Marcação a valor justo	(53)	78
Saldo final do período	8.367	8.432

- (1) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 a Companhia captou o montante de R\$ 900, sendo: (i) R\$ 600 via 18ª emissão de debêntures, 1ª série, taxa de juros de IPCA + 7,01% a.a. com prazo final de até 5 anos; e (ii) R\$ 300 via 18ª emissão de debêntures, 2ª série, taxa de juros Prefixada de 12,54% a.a. com prazo final de até 7 anos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 90% dos contratos de dívidas com cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 30/jun/26	Medição em 31/dez/25
Consolidado Neoenergia (2):			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4,0	3,48	3,41
EBITDA (*) ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,37	2,46

(*) Acumulado de 12 meses.

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; e

(2) A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 20.6.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/jun/26	31/dez/25
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(24)	(12)
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(141)	(106)
Swap de taxas de juros - R\$	(33)	4
Exposição líquida	(198)	(114)
Ativo circulante	-	7
Ativo não circulante	-	18
Passivo circulante	(65)	(41)
Passivo não circulante	(133)	(98)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/jun/26	31/dez/25
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(165)	(118)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	(33)	4
	(198)	(114)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	30/jun/26			Seis meses findos em 30/jun/25		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(114)	-	(114)	112	1	113
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(178)	-	(178)	(126)	-	(126)
Liquidação financeira entradas (saídas)	82	-	82	(80)	(1)	(81)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	12	-	12	31	(1)	30
Saldo final	(198)	-	(198)	(63)	(1)	(64)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(178)	-	(178)	(126)	-	(126)

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	236	30	1	267
Adições e reversões, líquidas	25	7	-	32
Pagamentos	(42)	(10)	-	(52)
Atualizações monetárias	27	7	-	34
Saldos em 30 de junho de 2026	246	34	1	281
Circulante				94
Não circulante				187

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Cíveis	Trabalhistas	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	222	31	-	253
Adições e reversões, líquidas	24	1	-	25
Pagamentos	(27)	(3)	-	(30)
Atualizações monetárias	18	1	1	20
Saldos em 30 de junho de 2025	237	30	1	268
Circulante				77
Não circulante				191

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	473	518
Processos trabalhistas	474	446
Processos fiscais	2.450	1.600
Processos regulatórios	300	278
Total	3.697	2.842

Para o período findo em 30 de junho de 2026, houve a inclusão de um auto de infração fiscal, em maio de 2026, que discutem a isenção do ICMS sobre a TUSD nas compensações de MMGD, para o período de janeiro/2024 a fevereiro/2026, no montante estimado de R\$ 796.

Para as demais naturezas, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	154	153
Processos trabalhistas	68	73
Processos fiscais	5	5
Total	227	231

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 0,5%, para os demais processos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



17. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração, a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/jun/26	31/dez/25
Obrigações trabalhistas e PLR	77	131
Benefícios pós-emprego	6	15
Total	83	146
Passivo circulante	77	131
Passivo não circulante	6	15

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PNA e PNB), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização.

Em 30 junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado é R\$ 2.700, sendo o capital subscrito R\$ 2.663 (R\$ 1.663 em 31 de dezembro de 2025, dos quais R\$ 1.163 foram integralizados).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal), em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é a seguinte (por unidade de ações):

							30/jun/26	
							Total	
Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	288.315.317	2.594	7.085.257	64	562.531	5	295.963.105	2.663
Total	288.315.317	2.594	7.085.257	64	562.531	5	295.963.105	2.663

							31/dez/25	
							Total	
Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	121.617.970	1.115	7.085.257	45	562.532	3	129.265.759	1.163
Total	121.617.970	1.115	7.085.257	45	562.532	3	129.265.759	1.163

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais classe “A” terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio; (ii) As ações preferenciais classe “B”, terão prioridade na distribuição de dividendo e reembolso do capital, somente após a distribuição de dividendos e reembolso de capital das preferenciais classe “A”, e terão direito a dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

18.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	33	362	110	432
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	4	40	13	47
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	-	3	-	4
Total	37	405	123	483
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	251.271.462	66.052.187	186.444.716	66.052.187
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.085.257	7.085.257	7.085.257	7.085.257
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	562.531	562.531	562.532	562.531
Total	258.919.250	73.699.975	194.092.505	73.699.975
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	0,13	5,49	0,59	6,54
Ação preferencial A (R\$)	0,52	5,49	1,73	6,54
Ação preferencial B (R\$)	0,14	6,04	0,65	7,20

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração aprovou, em 19 de junho de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 54 (R\$ 65 menos R\$ 11 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

18.3 Reserva de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 446, sendo R\$ 508 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, R\$ 53 que corresponde a valor já capitalizado e R\$ 9 referente a parte do resgate das ações.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



18.4 Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 68.

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 318.

c) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 594.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. Maiores detalhes das principais transações estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



19.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	4	-	27	31
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	228	-	228
	4	228	27	259

	31/dez/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	-	29	-	29
	-	29	-	29
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	6	-	42	48
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	174	-	174
	6	174	42	222

19.2 Transações com partes relacionadas

	Seis meses findos em 30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	3	-	-	3
Custos dos serviços	(23)	-	(176)	(199)
Despesas gerais e administrativas	-	-	7	7
Resultado financeiro líquido	-	(29)	-	(29)
	(20)	(29)	(169)	(218)

	Seis meses findos em 30/jun/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	3	-	-	3
Custos dos serviços	(27)	-	(169)	(196)
Despesas gerais e administrativas	3	-	(7)	(4)
Resultado financeiro líquido	-	(44)	-	(44)
	(21)	(44)	(176)	(241)

19.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do período pelo regime de competência é como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Salários e benefícios recorrentes	-	1	1	1
Outros benefícios de curto prazo	1	(1)	1	-
	1	-	2	1

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/jun/26			31/dez/25		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	776	-	464	551	-	269
Títulos e valores mobiliários	-	-	52	-	-	38
Contas a receber de clientes e outros	3.429	-	-	3.331	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	7	18
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	144	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	190	-	-	165
Outros ativos	54	-	-	43	-	-
Total	4.403	-	706	3.925	7	490
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	961	-	-	952	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.734	-	1.633	7.224	-	1.380
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	94	-	-	220	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	166	32	-	125	14
Passivo de arrendamento	22	-	-	23	-	-
Outros passivos	180	-	-	188	-	-
Total	7.991	166	1.665	8.607	125	1.394

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.7 (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

Os níveis de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	464	-	464	269	-	269
Títulos e valores mobiliários	52	-	52	38	-	38
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	25	-	25
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	190	190	-	165	165
	516	190	706	332	165	497
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	1.633	-	1.633	1.380	-	1.380
Instrumentos financeiros derivativos	198	-	198	139	-	139
	1.831	-	1.831	1.519	-	1.519

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 6 e R\$ 197, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	30/jun/26		31/dez/25	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	6.734	6.608	7.224	7.316

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025.

20.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 56	US\$ 76	2026	288	405
Passivo	R\$ 312	R\$ 413		(313)	(417)
Exposição Líquida				(25)	(12)

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	R\$ 1.730	R\$ 1.421	2030 - 2032	1.665	1.407
Passivo	R\$ 1.731	R\$ 1.422		(1.697)	(1.403)
Exposição Líquida				(32)	4

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	JPY 13.475	JPY 15.066	2028 - 2033	410	513
Passivo	R\$ 542	R\$ 608		(551)	(619)
Exposição Líquida				(141)	(106)

20.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 66 dias úteis (ou 93 dias corridos) a partir de 30 de junho de 2026.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de junho de 2026.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)			(291)	(296)	(44)	(89)
Swap Ponta Ativa		Alta do Dólar	5,1766				
em Dólar				288	294	44	88
Exposição Líquida				(3)	(2)	-	(1)
Dívida em Iene	Iene (JPY)			(429)	(441)	(66)	(132)
Swap Ponta Ativa		Alta do Iene	0,0318				
em Iene				410	422	63	126
Exposição Líquida				(19)	(19)	(3)	(6)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1766	(2)	1
NDF				2	(1)
Exposição Líquida				-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,9106	(2)	1
NDF				2	(1)
Exposição Líquida				-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,15%	1.282	42	(6)	(12)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,15%	(2.502)	(92)	(13)	(26)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,15%	(2.267)	(77)	(11)	(22)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,72%	(3.576)	(95)	(7)	(13)

Contadora

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC-BA-Nº 017210/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
Recife - PE
Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 (R1) e IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA PERNAMBUCO relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA PERNAMBUCO alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Recife, 21 de julho de 2026.

Saulo Cabral e Silva
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA PERNAMBUCO relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA PERNAMBUCO alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Recife, 21 de julho de 2026.

Saulo Cabral e Silva
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação